ESTADO DE MINAS

Publicado em 24/07/2023 - 05:55

Violência política resiste no Brasil

Mesmo depois das eleições, país registra ataques contra eleitos para cargos no Executivo e Legislativo e integrantes do Judiciário. Em apenas seis meses foram 225 ocorrências

VIOLÊNCIA POLÍTICA É REALIDADE BRASILEIRA

ALESSANDRA MELLO

As eleições terminaram, mas a violência contra agentes políticos segue ocorrendo em todo o Brasil. Minas Gerais não foge à regra. É o que revela o estudo sobre violência política feito pelo Grupo de Investigação Eleitoral (Giel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uniriio), que registrou, nesse período, 1.627 casos e somente neste ano, de janeiro a junho, 225 casos. Segundo maior colégio eleitoral do país, Minas é o quarto estado do Brasil com mais registros desde 2020 (120) e o segundo com maior ocorrência neste ano (21), perdendo nesse primeiro semestre apenas para a Bahia por um caso. A maioria das vítimas, nacionalmente e nos estados, são agentes políticos municipais (prefeito, vereador e secretários).

Coordenador do Giel, Felipe Borba, afirma que a violência política no Brasil segue um calendário e um padrão registrado em outros países violentos da América do Sul, como Colômbia e México: aumenta em anos pares, quando são realizadas as eleições gerais e municipais, e estabiliza em anos ímpares quando não há disputa. "E nos três meses anteriores a eleição, temos sempre um grande pico que se deve à proximidade da disputa, o que acirra os ânimos", afirma. Segundo ele, assim como em outros países com alta criminalidade, ela atinge principalmente políticos de atuação local. "Não é uma violência de caráter profundamente ideológico. É uma violência que tem muito ver a com a disputa pelo controle do poder local", afirma o pesquisador.

Para ele, reverter esses números é o grande desafio da democracia brasileira. "A sociedade brasileira é realmente violenta e isso contamina a política, cuja tradição não é resolver os conflitos pelo diálogo e sim na base da violência, mas o que também está por trás disso é que esses crimes políticos são pouco elucidados, caso, por exemplo, da Marielle Franco, que até hoje não sabemos quem foram os mandantes. Imagine o que acontece nos casos de menor visibilidade no interior do Brasil? A solução é ainda menor. A impunidade ajuda a perpetuar esse cenário de violência", afirma.

FELIPE BORBA/INSTAGRAM/REPRODUÇÃO

Coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral da Uniriio, Felipe Borba diz que violência política não é tanto ideológica, mas tem a ver com disputas locais de poder

> **SOMOS POLÍTICOS, REPRESENTANTES LEGÍTIMOS DO POVO, ESTAMOS NA LINHA DE FRENTE TRABALHANDO EM PROL DA POPULAÇÃO COM RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO, NÃO É DESSA FORMA, COM VIOLÊNCIA, QUE OS PROBLEMAS DO BRASIL SERÃO RESOLVIDOS"**
>
> **Diémerson Neves Porto (Republicanos)**
> vereador de Caeté, vítima de violência

IMPUNIDADE Um dos casos de violência ocorreu com o vereador de Caeté, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Diémerson Neves Porto (Republicanos), cuja residência foi alvejada a tiros no fim dos mês passado. O vereador, que é pré-candidato a prefeito da cidade, disse que estava em casa com a família quando ouviu os disparos. Ao sair na rua, viu que o portão de sua residência e um veículo que estava estacionado na sua porta tinham sido alvejados. O carro foi avariado pelos tiros e teve um dos pneus e o tanque perfurados. Segundo o vereador, a investigação sobre o autor do atentado está avançada e deve ser concluída nos próximos dias. "É inadmissível. Somos políticos, representantes legítimos do povo, estamos na linha de frente trabalhando em prol da população com responsabilidade e compromisso. Não é dessa forma, com violência, que os problemas do Brasil serão resolvidos", afirma.

Ou do vereador de Brumadinho, também na RMBH, Daniel do Brumado (Avante), que neste ano foi agredido a socos na porta da Câmara Municipal, por um homem que o chamou para conversar. No fim do ano passado, o mesmo parlamentar, já tinha sido alvo de ameaças anônimas de morte, que culminaram com uma tentativa de homicídio em dezembro passado. Na ocasião, um carro se aproximou do veículo que ele dirigia e um homem atirou várias vezes contra o político, que não se feriu.

Essa foi a segunda tentativa de homicídio contra ele. Há cerca de um ano, ele descobriu um esquema para assassiná-lo, que seria organizado por outro parlamentar. O caso está em investigação. Daniel, segundo vereador mais bem votado no pleito anterior, conta que a família vive apreensiva e que ele, inclusive, evita sair de casa e visitar os bairros mais populosos, onde teve a maioria dos votos, temendo pela vida. "É péssimo viver e atuar politicamente assim", lamenta o vereador. Para ele, a violência política só vai ser coibida quando for rigorosamente apurada e punida. "No meu caso é preciso chegar aos mandantes", afirma o vereador, que acredita que sua atuação como oposição à atual gestão e seu desejo de se lançar candidato a prefeito nas eleições passadas possa estar por trás dos crimes.

MAIORES VÍTIMAS Apesar dos homens figurarem como as maiores vítimas (83,8%) dos casos, pois ocupam também a maioria absoluta dos cargos políticos no país, o pesquisador afirma que é possível notar um crescimento do número de mulheres (16,2%) detentores de cargos políticos vítimas de violência. Segundo ele, também é possível perceber decupando os casos que, a maioria dos assassinados por causa política são homens negros de baixa escolaridade.

A violência política é apontada como um dos motivos para menor presença de mulheres nas Casas Legislativas e demais espaços de poder. Entre os Parlamentos de 193 países, o Brasil aparece no 131º lugar em relação à representatividade das mulheres, conforme ranking da Inter-Parliamentary Union., divulgado este ano. Na América Latina, o país está à frente apenas de Belize e Haiti.

AGRESSÕES NO BRASIL

CASOS REGISTRADOS DESDE 2020: 1.637 (*)

ANO	CASOS
2020	531
2021	312
2022	569
2023	225

(*) Além dos 1.637, há outros 45 ocorrências que envolvem agentes políticos nacionais que não estão relacionados a nenhum estado da federação

CASOS REGISTRADOS POR GÊNERO DA VÍTIMA

Feminino	266
Masculino	371

ESTADOS CAMPEÕES DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

São Paulo	210
Rio de Janeiro	142
Bahia	134
Minas Gerais	120
Paraná	77

EVOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS EM MINAS ANO A ANO

2020	29
2021	17
2022	53
2023	21

FONTE: GRUPO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL (GIEL) / UNIRIO

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL (**)

117 casos (***)

Aguardando informações	27
Em andamento	30
Denúncias apresentadas	8
Sentença/Acórdão	1
Ação Eleitoral	3
Inquérito policial	25
Arquivado	19
Casos que estão na Procuradoria Geral Eleitoral	4

(**) dados levantados a partir de agosto de 2021, quando a violência política de gênero passou a ser tipificada como crime federal

(***) Desse total, ao menos 9 vítimas são deputadas/vereadoras/ lideranças políticas de MG. Em outros três casos, o nome da vítima está sob sigilo

FONTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ataques contra elas partem de colegas

A violência política de gênero é crime federal desde agosto de 2021, quando foi sancionada a lei aprovada pelo Congresso Nacional que estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater esse tipo de comportamento. Desde então, o Ministério Público Federal (MPF) já contabilizou 117 procedimentos para apurar condutas violentas contra mulheres parlamentares, candidatas ou lideranças político/partidárias. O que chama atenção na relação de procedimentos abertos pelo MPF é que em grande parte dos casos a violência é cometida por agentes políticos como as vítimas.

Do total de procedimentos, 44 dizem respeito a violência praticada por vereadores, deputados, prefeitos e dirigentes partidários contra mulheres com atuação política. As reclamações vão de silenciamento da fala nas Câmaras Municipais, agressão verba, ameaças, perseguição interna até falta de recursos do fundo partidário para a promoção de campanhas.

Para a doutora em ciência política Bruna Camilo, pesquisadora de grupos de ódio contra mulheres nas redes sociais, existe não somente um ódio contra mulheres que exercem cargos de lideranças políticas e uma revolta dos homens na sociedade patriarcal com o fato de as mulheres ocuparem espaços que na visão deles pertencem ao gênero masculino. "O homem tem o papel de ser o altivo, o assertivo e a pessoa certa para a política, por exemplo, e a mulher é aquela naturalizada para exercer o trabalho do cuidado doméstico. Então quando as mulheres conseguem estar nos espaços de poder elas são completamente marginalizadas e muitos reproduzem o discurso de que elas não deveriam estar naquele lugar".

Infelizmente, segundo ela, essa visão não é restrita aos parlamentares homens, mas ela acontece também dentro dos partidos que não dão espaço para a atuação das mulheres. "Muitas vezes reduzem às mulheres apenas às cotas, que são super importantes, mas temos que superá-la e buscar a paridade", afirma Bruna. Para ela, a baixa representatividade das mulheres na política brasileira tem a ver com essa violência e ódio.

MINEIRAS Na lista de casos de violência política de gênero acompanhados pelo MPF, estão ao menos nove políticas mineiras (vereadoras, candidatas, lideranças e parlamentares eleitas) e três casos que correm em sigilo e não é possível identificar quem são as vítimas. Entre as mineiras estão as deputadas estaduais Beatriz Cerqueira (PT) e Andreia de Jesus (PT), que é negra, e também a federal Duda Salabert (PDT), mulher trans. Elas foram alvo de diversas ameaças de morte, ataques machistas, racismo e transfobia. O caso delas é investigado pelo MPF. Entre os casos investigados também há uma apuração envolvendo a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), a mineira Carmem Lúcia, alvo de violência política por parte do ex-deputado federal Roberto Jefferson e de sua filha, a ex-deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ), já réus por uma série de ofensas feitas contra a ministra. (AM)

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL - 13/4/23

Senadora se solidarizou com a vereadora de Salvador, Ireuda Silva (Republicanos), alvo de agressão racista e machista sob investigação

Damares diz que luta é de todos

A violência política de gênero não escolhe partido e parlamentares de todas as legendas estão entre os alvos. Caso da vereadora de Salvador, Ireuda Silva (Republicanos), alvo de agressão racista e machista após votação do reajuste dos professores, no ano passado. O caso já é investigado pelo Ministério Público e a parlamentar ganhou solidariedade da ex-ministra das Mulheres, a hoje senadora Damares Silva.

Para Damares, essa luta é responsabilidade de todos, homens e mulheres. "Não iremos permitir que nenhuma mulher nesta nação, em lugar de poder e de decisão, sesinta um lixo no exercício de seu mandato, pois esse lugar também é nosso", afirma a senadora, apoiadora da legislação que tipifica como crime a violência política de gênero. "No Brasil, temos a lei 14.192 de 2021 de Combate a Violência Política contra à Mulher, mulheres que sofriam violência política e não tinham a quem recorrer porque não tinham como tipificar essa dor em crime, hoje tem um instrumento jurídico e agora podem denunciar esse ato criminoso", defende.

Alvo de violência no final do ano passado, quando ainda era vereadora e já deputada estadual eleita, Lohana Silva (PV), lamenta que Minas Gerais lidere casos de violência contra mulheres em diversas áreas. "A violência política de gênero acontece largamente, no nosso país, Estado e nossos municípios. Nós sofremos todos os tipos de ameaças, desde as mais veladas, até as mais graves e explícitas que colocam a nossa vida em risco. A gente lidou com isso, com muito apoio jurídico, pedindo que as Instituições estivessem ao nosso lado. E mostrando principalmente que não vamos abaixar a cabeça", afirma a deputada que exerce seu primeiro mandato.

Segundo ela, não é pela "ameaça que vamos mudar de posição, ou deixar de defender os direitos humanos, a cidadania, a dignidade humana, e todos aqueles direitos que nós não estamos inventando, mas que a Constituição de 88 trouxe a todas e todos nós". "Nós não vamos abaixar a cabeça para nenhuma forma de ameaça, pois estamos ocupando a política e esse é um processo que só aumenta e não vai parar", defende. (AM)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.